



PREFEITURA TUBARÃO

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021, o processo de compra ou contratação deverá ser instruído com vários documentos, dentre os quais o **documento de formalização de demanda**.

2. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante (unidade/Setor/Departamento/Secretaria): Secretaria de Administração e Finanças

Responsável pela Demanda: Rodrigo Mattos Moro

Cargo: Secretário de Administração e Finanças

Matrícula/Portaria: 8.641 de 30 de junho de 2025

Telefone: 48 36219073

E-mail: secretaria.gestao@tubarao.sc.gov.br

3. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

Atualmente, a Administração Municipal opera com sistemas de gestão contábil e tributária distintos e sem integração entre si, o que gera diversos entraves à eficiência da gestão pública, tais como retrabalho, inconsistências de dados, baixa rastreabilidade das informações e dificuldade no atendimento às exigências dos órgãos de controle interno e externo.

Essa ausência de integração compromete a confiabilidade e a agilidade na consolidação das informações financeiras, contábeis e fiscais do município, além de dificultar o cumprimento das obrigações legais junto aos sistemas da União, como o Siconfi e o Siafic. Tal cenário expõe a administração a riscos operacionais, limita a transparência dos atos administrativos e dificulta o planejamento eficiente da arrecadação e da execução orçamentária.

Diante disso, identifica-se a necessidade de contratação de um sistema de gestão municipal integrado, que unifique os módulos contábil, tributário, patrimonial, orçamentário, financeiro, folha de pagamento, almoxarifado e demais áreas da administração pública, possibilitando o fluxo de informações em tempo real e de forma segura, conforme os requisitos estabelecidos no Decreto Federal nº 10.540/2020.

Essa demanda visa, portanto, não apenas corrigir a atual deficiência estrutural na gestão de sistemas, mas também garantir que o município esteja em conformidade com a legislação federal, condição indispensável para a continuidade do recebimento de transferências voluntárias da União e o fortalecimento da governança pública local.

4. MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA

Considerando as exigências estabelecidas pelo Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, que institui o modelo de requisitos mínimos para os sistemas de administração financeira e controle da administração pública, faz-se necessária a contratação de um Sistema de Gestão Municipal Integrado que atenda plenamente aos parâmetros legais e técnicos previstos na legislação.

O referido decreto estabelece diretrizes obrigatórias para os entes federativos, com o objetivo de assegurar a transparência, integridade, confiabilidade e interoperabilidade dos dados contábeis, orçamentários, patrimoniais e fiscais, de forma a garantir a correta prestação de contas e a efetiva responsabilidade na gestão fiscal.

A implementação de um sistema que esteja em conformidade com os requisitos do Decreto nº 10.540/2020 é condição essencial para o acesso a transferências voluntárias da União, conforme disposto no artigo 2º da norma. Portanto, a adequação tecnológica é não apenas uma medida de aprimoramento da gestão pública, mas também uma exigência legal para a continuidade de importantes políticas públicas financiadas com recursos federais.

Dessa forma, a contratação de uma solução tecnológica de gestão municipal visa:

- Garantir a aderência aos requisitos mínimos de qualidade e segurança estabelecidos pelo decreto;
Promover a modernização dos processos administrativos e financeiros da administração municipal;
- Assegurar a integração entre os diversos módulos da gestão pública (contabilidade, orçamento, tesouraria, patrimônio, almoxarifado, folha de pagamento, entre outros);
- Atender às exigências dos órgãos de controle interno e externo;
- Viabilizar a correta geração e envio de informações aos sistemas da União, como o Siconfi, Siafic e outros exigidos pela STN.

Portanto, a presente contratação é imprescindível para garantir a regularidade jurídica, técnica e funcional dos sistemas municipais de administração financeira, além de promover maior eficiência, economicidade e transparência na gestão dos recursos públicos.

5. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O objetivo principal da contratação é dotar a Administração Municipal de uma ferramenta tecnológica integrada, que promova:

- A melhoria da eficiência operacional dos processos administrativos e financeiros;
- A eliminação de redundância de dados e retrabalho;
- A consolidação das informações contábeis e fiscais em tempo real;
- O aumento da confiabilidade e transparência na gestão dos recursos públicos;
- A conformidade com os dispositivos do Decreto nº 10.540/2020, especialmente no que diz respeito à unificação de dados e integração de sistemas;
- A criação das condições necessárias para que o Município de Tubarão mantenha-se apto a receber transferências voluntárias da União, conforme determina a legislação vigente.

6. IMPACTOS DA NÃO CONTRATAÇÃO

A não contratação do sistema integrado acarretará uma série de impactos negativos à administração municipal, tais como:

- **Manutenção da fragmentação de dados** entre os sistemas contábil e tributário, o que compromete a confiabilidade das informações e dificulta o fechamento contábil e a prestação de contas;
- **Maior risco de inconsistências** nos dados enviados aos órgãos de controle, podendo gerar apontamentos ou penalidades por parte dos Tribunais de Contas e do Tesouro Nacional;
- **Impossibilidade de atendimento ao Decreto Federal nº 10.540/2020**, o que poderá impedir o município de receber transferências voluntárias da União, comprometendo a execução de políticas públicas;
- **Baixa eficiência administrativa**, com manutenção de processos manuais, morosos e suscetíveis a erros;
- **Redução da transparência e do controle social**, em virtude da dificuldade em consolidar e disponibilizar informações gerenciais de forma clara e tempestiva à população e aos órgãos de controle.

7. DESCRITIVO DE ITENS, QUANTIDADES E VALORES

A solução proposta consiste na contratação de um sistema integrado de gestão pública municipal, que atenda integralmente aos requisitos mínimos previstos no Decreto Federal nº 10.540/2020, garantindo a conformidade técnica e legal da administração municipal com os padrões nacionais de contabilidade pública, controle interno e transparência.

O sistema deverá contemplar, no mínimo, os seguintes módulos integrados:

- Contabilidade pública;
- Orçamento (elaboração, execução e acompanhamento);
- Receita e tributação (gestão de tributos municipais, lançamento, arrecadação e fiscalização);
- Tesouraria;
- Patrimônio e almoxarifado;
- Folha de pagamento e recursos humanos;
- Controle interno;
- Portal da transparência e relatórios gerenciais;
- Interface com sistemas da União (Siconfi, Siafic, entre outros).

A contratação deverá garantir:

- Implantação completa do sistema, contemplando todas as fases necessárias para seu pleno funcionamento;
- Treinamento dos usuários, assegurando a capacitação adequada dos servidores;
- Suporte técnico contínuo e manutenção corretiva e evolutiva;
- Migração segura e íntegra dos dados provenientes dos sistemas atualmente em uso;
- Acesso ilimitado de usuários, sem restrição de quantidade, perfis ou unidades administrativas;
- Atendimento abrangente à Prefeitura Municipal, aos Fundos Municipais e às Fundações vinculadas, garantindo a integração das informações contábeis,



PREFEITURA TUBARÃO

orçamentárias, financeiras e de pessoal em um ambiente único e centralizado.

8. FONTE DE RECURSOS

As fontes de recursos destinadas à execução deste objeto serão definidas e informadas posteriormente, considerando tratar-se de uma contratação para atendimento a múltiplas entidades da administração pública municipal, abrangendo a Prefeitura, a Câmara de Vereadores, a Agência reguladora de Saneamento, os Fundos Municipais e as Fundações vinculadas.

A alocação dos recursos será realizada conforme a disponibilidade orçamentária e financeira de cada entidade beneficiada, observando as normas legais aplicáveis e as diretrizes de planejamento orçamentário do Município.

9. PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Sugere-se a utilização do prazo máximo permitido por lei, visto que trata-se de serviço continuado.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

Encaminha-se esta demanda para a Gerência de Tecnologia e Informação, para que sejam tomadas as providências com vistas a edição do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

Tubarão/SC, 06 de outubro de 2025.

Rodrigo Mattos Moro
Secretário de Administração e Finanças